

O MOMENTO NACIONAL E A PRESENÇA DA IGREJA*

Fernando B. de Ávila

Introdução

Proponho-me desenvolver esta comunicação em quatro momentos sucessivos.

No primeiro, procuro explicitar qual foi a proposta, que empolgou a nação e permitiu o trânsito de um regime militar autoritário para um regime democrático, trânsito feito sem maiores convulsões, sem mobilização insurrecional.

No segundo, será preciso examinar quais as chances de realização desta proposta sem o seu protagonista, Tancredo Neves. Por esta hipótese, "sem Tancredo", entende-se sem a liderança direta de Tancredo Neves afastado por um período prolongado, durante o qual se esgotariam os prazos úteis para o encaminhamento irreversível da realização da proposta.

No terceiro, será necessário perscrutar quais as alternativas resultantes da ausência prolongada do protagonista da proposta e das frustrações de sua eventual não realização.

No quarto, caberá fazer algumas considerações sobre a expectativa pendente do discernimento que deverão fazer nossos Pastores, nossos pais na fé, sobre as novas responsabilidades pastorais que incumbem à Igreja do Brasil, neste momento nacional decisivo.

* Faz as vezes do Editorial do presente número a Comunicação do Pe. Fernando Bastos de Ávila à 23ª Assembléia Geral da CNBB (Itaici, SP, abril de 1985). Apesar de ter sido redigida e apresentada antes do desaparecimento do saudoso Presidente Tancredo Neves, a comunicação do Pe. Fernando Ávila conserva um inestimável valor documental e, pela lucidez e clarividência das suas análises, uma atualidade indiscutível (N.D.R.).

A proposta, as chances, as alternativas, o discernimento, são os temas que proponho à reflexão desta Assembléia e que me parecem corresponder às indagações que a todos nos preocupam.

A última gravação escrita do presente texto se ressentiu das oscilações decorrentes do Centro Cardiológico do país. Antecipadamente peço desculpas pelas falhas técnicas.

1. A PROPOSTA

Dentro do amplo marco referencial da República e da Federação, o que caracteriza hoje a vida da nação e mantém ainda unidas as suas forças, na tribulação que atravessa, é uma proposta de mudança, proposta a ser concretizada num novo pacto institucional e num pacto social.

O primeiro deverá ser consubstanciado na nova constituição. O Brasil, a rigor, não tem uma constituição, mas uma Emenda Constitucional outorgada em 1969 pela Junta Militar.

O segundo, o pacto social, deverá ser laboriosamente tecido, através de novas formas de relacionamento entre o Governo e as instituições da sociedade civil, para a consecução do objetivo comum da promoção social e da superação da recessão econômica.

Em termos densos, a proposta se funda numa certeza inicial de que é impossível consolidar uma democracia política sem uma democracia econômica e social.

1.1. A Novidade da Proposta

É importante compreender quanto esta proposta contrasta com a linha de ação do antigo regime. Este procurou legitimar o direito da força por um desempenho político voltado para a modernização da economia, a qualquer custo, na falaciosa ilusão de que esta modernização se traduziria automaticamente em desenvolvimento social. Muito foi feito, e é de justiça reconhecê-lo, no sentido desta modernização, mas o seu saldo final foi levar o Brasil à maior crise econômico-financeira que jamais enfrentara e à mais grave deterioração das condições de vida de seu povo.

Foi a proposta de mudança que Tancredo Neves encarnou, a garantia da vitória de sua eleição e que fez dele o depositário de todas as esperanças do povo.

Tancredo Neves percebeu que era preciso superar a distância entre o Estado e a nação, entre o Poder e o povo, inaugurando uma democracia política que já foi consagrada pelo nome de uma Nova República.

Mas ele percebeu também que só um povo que participa assume com dignidade os sacrifícios exigidos para a superação da conjuntura adversa legada pelo antigo regime. Por outras palavras, percebeu que só uma democracia econômica e social daria consistência a uma democracia política.

Percebeu enfim a interrelação entre as duas dimensões de sua proposta. A proposta de uma democracia política lhe assegurou o consenso nacional para encerrar sem traumas o chamado ciclo revolucionário. Mas ele não se iludia quanto à fragilidade deste consenso, fragilidade que só poderia e só poderá ser consolidada através do atendimento das exigências econômicas e sociais inadiáveis contidas na grande expectativa nacional expressa no slogan "Muda Brasil".

A proposta da democracia política, em substituição ao regime autoritário, conferia-lhe autoridade para a implementação da democracia econômica e social; a implementação desta democracia haveria de consolidar a legitimidade de sua autoridade política, que lhe fora conferida por um Colégio Eleitoral espúrio, repudiado pelas mesmas forças políticas que o elegeram.

1.2. As dificuldades da proposta

A etapa da consagração política da Nova República está sendo vencida. A ansiedade de toda a nação, acompanhando as vicissitudes clínicas e cirúrgicas do Presidente, vale por um verdadeiro plebiscito informal, como um voto popular pela Nova República.

O grande desafio atual é a segunda etapa, a etapa das decisões governamentais orientadas no sentido da realização da democracia econômica e social, de maneira a dar à nação a sensação instantânea da mudança.

As dificuldades desta segunda etapa são grandes e devem ser devidamente ponderadas. Entre elas, reporto-me somente a duas que me parecem mais abrangentes.

A primeira. O entulho acumulado se revela muito maior do que se imaginava. Os novos responsáveis pela administração pública têm, por vezes, a sensação de serem os síndicos de uma massa falida.

A dívida externa já ultrapassa os 100 bilhões de dólares e só o pagamento de seus juros flutuantes absorveria todos os novos superávits comerciais. Não há ainda uma avaliação exata da dívida interna, que não inclui a chamada dívida social, mas se sabe que ela é de várias dezenas de trilhões de cruzeiros. Os rombos abertos pelos escândalos até agora detectados superam os 15 trilhões de cruzeiros, com o caso típico da Previdência Social. Mas estes constituem entulhos quantificáveis. Os mais graves são os não quantificáveis, resultantes da deterioração do senso ético de responsabilidade pelo bem público gerado pelo trabalho de todos, deterioração que vai demonstrando aos poucos, até que nível baixo se chegou sob a tutela da cumplicidade, do tráfico de influência, da impunidade e da displicência. Os trens festivos em que se aboletaram entes queridos, forma exuberante de nepotismo tropical; a renda de deputados provincianos 100 e até 1.000 vezes maior que o salário de uma humilde professora do interior; autarquias autofágicas que devoram por vezes com o próprio funcionalismo 70% de seus recursos, deixando menos de 30% para suas finalidades operacionais; milhares de apartamentos cedidos por aluguel irrisoriamente simbólicos como parte conspícua de mordomias insondáveis, a depredação dos públicos federais, estaduais e municipais, as comissões desviadas dos investimentos de projetos financiados pelo erário público e por empréstimos onerosos, a enxurrada das nomeações crepusculares, enfim e mais grave que tudo isto, a mentalidade difundida, inclusive na juventude, de que o esforço e a honestidade não compensam e o que vale é a esperteza sem escrúpulos, são dados que permitem dimensionar a grandeza das dificuldades e que revelam ao mesmo tempo a corrosão do mais alto e mais fundamental valor de uma nação, o sentido de dignidade ética.

Segunda dificuldade. As exigências de uma democracia econômica e social se revelam mais conflitantes do que se supunha e os prazos para superar essa conflitância mais curtos do que se esperava.

Por um lado, as autoridades governamentais tomam consciência do volume gigantesco das demandas sociais e da urgência de dar sinais inequívocos de que elas são assumidas. As demandas fazem pressão sobre todos os indicadores sociais. São dispensáveis aqui os dados estatísticos para se fazer uma idéia das carências em matéria de alimentação, de saúde, de habitação, de escolas, de empregos e de salários. Sobre esse quadro estrutural sombrio, desabaram as conjunturas climáticas adversas, com as inundações no Sul e tudo o que destruíram, e a alternância de seca e inundação no nosso Nordeste martirizado. A esperança da Nova República abriu as comportas dessas demandas reprimidas, como na abertura das comportas de Itaipu ou Tucuruí.

O respeito ao estado de saúde do Presidente eleito está retendo por algum tempo a força de pressão daquelas demandas, mas não há ilusão possível quanto às conseqüências do adiamento indefinido dessa expectativa. As greves já começaram e muitas outras se anunciam. A disputa pela definição do nível do salário mínimo criará novas condições conflituais.

Por outro lado, atuam no sentido oposto a necessidade do controle da inflação e da reativação da economia para superar uma recessão que desativou quase 1/3 do parque industrial, com o conseqüente desemprego, só muito lentamente reabsorvido.

As autoridades competentes sabem que, sem manter a inflação sob controle, os reajustes salariais, mesmo trimestrais, serão esvaziados rapidamente em valores reais e que entraremos numa espiral inflacionária, a qual acabará por bloquear o desenvolvimento social e tornará extremamente difícil a reativação da própria economia, mesmo prescindindo das pressões dos credores externos já demonstrando sinais evidentes de impaciência.

2. AS CHANCES

As chances da realização da proposta analisada, mesmo sem Tancredo Neves, no sentido acima assinalado, são ainda grandes, não obstante as dificuldades apontadas.

Talvez o Presidente eleito já tenha realizado grande parte de sua missão pelo fato de ter conseguido o consenso nacional para o projeto de mudança, sem convulsões insurrecionais. Este consenso popular é a garantia mais sólida para o prosseguimento da concretização da proposta que empolgou a nação.

As chances parecem também se confirmar por uma análise do que já mudou.

2.1. O que já mudou

1. Mudaram visivelmente as relações da nação com o Governo, do povo com o Poder personificado no Presidente eleito. Uma análise política, sem ceder ao impressionismo, não pode deixar de registrar fenômenos sociais de dimensões nacionais. É impressionante a reação popular despertada pelo estado de saúde do Presidente eleito. A na-

ção inteira reza, incluindo todas as classes sociais e todas as confissões religiosas, numa emocionante manifestação de fé em Deus e de amor ao enfermo.

2. Não foi apenas o Presidente que mudou. Mudou o Governo, mudou o regime, mudou a própria sociedade.

Mudou o governo. O novo Presidente da República não foi cooptado pelo poder palaciano para ter seu nome homologado por um colégio eleitoral casuisticamente preparado para renovar esse rito humilhante, apesar de tudo estar preparado para este desfecho.

O decisivo nesta mudança de governo não foram as adesões, ou “deserções”, individuais, por mais importantes que tenham sido. O decisivo foi o fato que as adesões, especialmente as adesões tardias, se deram quando já era um fenômeno irreversível a caudalosa mobilização popular pelas “Diretas Já”, e depois pelo “Muda Brasil”. Os adeptos, políticos experientes e com sismógrafos sensíveis perceberam em tempo a irreversibilidade do fenômeno, sentiram a impossibilidade de continuar a compactuar com o regime e, mesmo com uma margem de risco, pularam na hora certa para o barco certo.

É verdade que o Presidente foi escolhido indiretamente, pelo Colégio Eleitoral. O caráter espúrio deste Colégio se dissolveu, se diluiu porém no corpo eleitoral pela consciência que tinham seus membros de não estarem desempenhando mais uma função homologatória do Poder, mas de estarem expressando a vontade da nação pela qual tinham sido eleitos em pleito direto. Sob este aspecto, até a obstinada pertinácia do outro candidato, mesmo ciente de que já tinha perdido, contribuiu indiretamente para conferir ao Colégio maior respeitabilidade democrática.

Com esta mudança do governo, percebem-se mudanças significativas no próprio estilo da administração.

Mesmo descontando o que pode ser atribuído aos fervores iniciais, a chamada Nova República procura apresentar à nação a nova imagem de um governo que trabalha.

Ao apagar das luzes do antigo regime, não por uma devassa revanchista do povo mas talvez para prevení-la, pulularam escândalos tutelados durante anos pela impunidade. O fato de a Igreja se ter referido à corrupção já em fevereiro de 1977, influiu na mal disfarçada irritação

dos governos para com ela. No entanto, agora, pela primeira vez, o próprio governo pede à Justiça a prisão e a indisponibilidade de bens para estelionatários, corruptos e para seus cúmplices.

Abandona-se a prática dos decretos-lei com decurso de prazo. Um deslize do Presidente em exercício neste ponto foi imediatamente cobrado pelo líder da nova oposição.

Pela primeira vez, um parlamentar advertiu publicamente um Ministro Militar pelo fato de se ter pronunciado, aliás sensatamente, sobre assunto político.

Pela primeira vez, uma decisão econômica financeira relativa a um escândalo bancário, não foi tomada por uma decisão ministerial, mas foi submetida à apreciação do Congresso. Se a prática pegar, obviamente será impossível um novo "milagre" brasileiro.

3. *Mudou o regime. Tudo leva a crer que a nação evolui de uma democracia de classes médias para uma democracia participativa. A passagem parece consolidar-se hoje com mais de 20 anos de atraso. Ela se iniciara na década dos anos 50 e início da década dos anos 60. Então, o poder político se antecipava a uma sociedade civil despreparada. Por isto, a tentativa fracassou e o caos criado ofereceu pretexto à intervenção militar. O que aconteceu a partir de 84, antes mesmo da rejeição da emenda pelas Diretas-Já, foi exatamente o contrário, conforme análise de um dos nossos mais lúcidos cientistas políticos: a sociedade civil amadurecida se antecipou a um Poder político entevado pelos casuismos e erodiu-lhe as bases de sustentação, na maior mobilização popular da história brasileira. (Ver a respeito: Hélio Jaguaribe, em: Brasil, sociedade democrática, José Olympio Ed. 1985).*

A situação atual, sob vários aspectos, nos remete à situação do início dos anos 60. Com surpreendente rapidez, foram tomadas decisões ou preparados projetos sem paralelo com aqueles que, em 64, coonestaram o golpe de Estado: extinção dos municípios de segurança Nacional; anistia e recondução de líderes sindicais; liberdade para a organização de partidos, inclusive os chamados clandestinos; legalização da UNE; encaminhamento participativo da reforma agrária. Tais medidas eram tão impensáveis em 64 que só o projeto de reforma agrária assinado no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi a gota d'água para a decisão das forças armadas saírem, com relutância inicialmente, de sua função constitucional e assumirem o Poder.

4. *Mudou a sociedade. Não há dúvida de que ela amadureceu no sofrimento das crises suportadas.*

As forças políticas estão enfrentando com dignidade a fase de perplexidade gerada pelo impedimento do Presidente eleito. Por uma ironia jurídica, foi a própria Emenda Constitucional ainda vigente que ofereceu a ponte para esta travessia perigosa. O oportunismo político de todos os partidos cedeu a vez ao bom senso. Trata-se naturalmente de uma simples trégua, mas com pequenas excessões, o cessar-fogo foi respeitado.

Existem riscos e, entre eles, se vem registrando um certo alijamento, das decisões político-administrativas, de alguns líderes que deram sua força ao movimento de mudanças. Se este alijamento se ampliar pelo receio das conotações carismáticas, populistas ou socialistas de alguns destes líderes, eles acabarão por encarnar a única oposição autêntica e não deixarão de denunciar o processo político como um conchavo de elites.

As forças do trabalho, próximas ao limite do tolerável se puseram em movimento porque não têm possibilidades de esperar por mais tempo. Entretanto, defendem com firmeza suas reivindicações, dentro dos espaços franqueados por qualquer democracia. Também aqui, trata-se de uma trégua, da qual porém se a Nova República souber aproveitar-se, terá tempo de prevenir convulsões de mais altos custos sociais e humanos.

Notam-se também mudanças nos representantes do capital e nas forças empresariais. Ao menos ostensivamente têm agido com cautela e têm motivos para isto. É a classe entre a qual se encontram os maiores beneficiários dos escândalos financeiros até agora apurados. Numa partilha de sacrifícios, ela deve saber que lhe caberá uma cota pesada. O slogan da publicidade oficial dizia: "Você trabalhou e o Brasil mudou". Na verdade mudou, mas a realidade é que, em plena crise nacional, mudou para muito melhor em favor de alguns e mudou para muito pior para a grande maioria dos que trabalharam, cujo poder aquisitivo, em 4 anos, caiu de mais de 25%. Em tais circunstâncias, a humildade e a disposição a negociar por parte dos representantes do capital, são atitudes oportunas e sensatas.

Mudou a corporação militar. Pelas atitudes e pronunciamentos de seus chefes, ela vem tranquilizando a nação com um edificante exemplo de civilismo constitucional.

Todas essas mudanças começam a repercutir na política social e na política econômica externa.

Já mudou a consciência da necessidade de medidas emergenciais para atender às carências urgentes do povo. Os 13 trilhões, já reduzidos a 8, destinados a esse projeto parecem confirmar esta mudança de política. Neste setor, entretanto, a grande mudança que se espera é que os recursos de fato cheguem aos destinatários finais e não sejam engulidos no trajeto pelos boeiros sempre abertos dos oportunistas e aproveitadores.

Já se esboça enfim uma mudança na atitude das autoridades financeiras no que se refere ao relacionamento com os credores externos e ao estilo de administrar a nossa dívida. A mudança, ao menos verbalmente até agora, pretende orientar-se pela linha traçada por Tancredo Neves: "A dívida se paga com dinheiro e não com a fome do povo". Toda a questão pendente é saber se, quando se tratar de passar das palavras para os atos, será possível manter a coerência com a orientação já definida.

2.2. O que ainda não mudou

Sem subestimar as importantes mudanças acima assinaladas, não é ainda tempo de crer asseguradas plenamente as chances de realização da proposta que inspirou o novo regime. Há resistências latentes que recomendam um otimismo moderado.

A situação se assemelha à de uma partida de xadrez na qual um mestre exímio que armou o jogo é afastado de cena e substituído por um parceiro, que não conhece todos os segredos da estratégia do mestre. É natural e compreensível a perplexidade e inibição inicial do substituto, especialmente enquanto esperava para breve a volta do mestre.

O Brasil está num processo de transição, no sentido que vem de um regime autoritário para um regime de uma democracia participativa. O processo, iniciado durante o antigo regime, não está ainda consolidado. Sua consolidação só se firmará com a Nova Constituição, que deverá ser precedida de uma reforma eleitoral e partidária. O processo tem pois ainda sérias etapas a percorrer, etapas que a Igreja deverá acompanhar com preocupação pastoral.

Uma transição não é uma ruptura, em que pesem as impaciências de setores mais radicais inconformados com a pesada carga legada por 21 anos de autoritarismo. A recomposição democrática é ainda bas-

tante frágil mantendo-se até agora num equilíbrio instável, abalado pela ausência do Presidente eleito, que conseguiu o milagre político da aglutinação de forças tão divergentes. A engenhosa arquitetura ainda está ameaçada de implosão.

Toda transição inova, mas sobre uma plataforma pretendida pela realidade preexistente. Tanto vale dizer que toda transição implica numa certa continuidade, mas toda continuidade tem uma inércia natural, para o continuísmo.

Importa assim examinar o que ainda não mudou porque é precisamente ali que se escondem as resistências latentes capazes de minar as chances do otimismo moderado.

1. *Não houve, salvo poucas excessões, sensíveis mudanças nos protagonistas do processo político. As lideranças políticas, na sua maior parte, vieram de antes do regime instalado em 64. Muito menos numerosos são aqueles que surgiram e se formaram durante este regime e, em alguns casos, dentro dele.*

O passado dos protagonistas não é uma determinante fatalista no sentido do continuísmo. Pode mesmo permitir investir na mudança um rico patrimônio de experiência política. Aquele passado não tem impedido, com agradável surpresa da nação, atitudes inovadoras contrárias ao continuísmo, incompatíveis com o antigo regime. Até que ponto esta transfiguração esconde componentes de oportunismo político, só o futuro haverá de desvendar.

2. *Algo que não mudou e que criou profundo constrangimento à nação foi o açodamento no assalto aos cargos disponíveis. Olhando mais de perto porém, mesmo neste espetáculo constrangedor houve mudança: foi o próprio fato de ter sido um espetáculo que não foi ocultado à opinião pública. Antes, o rateio dos cargos fazia-se silenciosamente, em conchavos palacianos, entre a burocracia instalada no poder. Mudava-se de galhos, mas os "Tarzans" eram quase sempre os mesmos. Hoje, a nação foi informada das listas de postulações político-administrativas, nas quais nem sempre prevaleciam os critérios de competência e probidade. Entretanto, a liberdade da decisão final do Presidente foi razoavelmente resguardada. Mesmo assim, deve-se confessar que o espetáculo não foi edificante e que alguns exemplos de desambição terão um grande poder na recuperação ética da administração pública.*

3. Não houve ainda tempo para mudanças marcantes na montagem do cenário econômico interno. Aliás, como todos sabiam e anunciara o próprio Presidente eleito, não se devem esperar milagres instantâneos da simples mudança de regime.

As mudanças programadas estão inibidas, não só pela ausência de Tancredo Neves que se propunha assumi-las pessoalmente, mas também pelo trabalho prévio de saneamento que se revela muito mais hercúleo do que se imaginava. O adjetivo hercúleo remete ao personagem da mitologia grega especializado em limpar estrebarias.

Assim as taxas de inflação e de custo de vida, as dívidas interna e externa, a desvalorização cambial, continuam a crescer. Várias das medidas tomadas até agora não são estranhas ao figurino do regime passado: as minidesvalorizações, o congelamento temporário de preços, as indexações e as hesitações ante uma política mais abrangente de estabilização de todos os preços relativos incluindo também juros e tarifas.

O prolongamento por longo tempo deste cenário econômico ameaça as chances que estamos procurando analisar.

4. Não houve mudanças apreciáveis no cenário social, ou mais exatamente, houve mudanças para pior, devidas à inércia do impulso recebido do antigo regime e às dificuldades na política econômica. Não houve tempo para uma reversão das tendências, conquanto ela continue sendo objetivo prioritário da nova administração. Isto significa que a situação social continua a deteriorar-se.

Também aqui não se podem esperar milagres a curtíssimo prazo. Entretanto, há um ponto no qual o julgamento da opinião pública será severo, com perigosos reflexos nas eleições que se anunciam. A grande queixa que a nação conserva do regime militar é esta: um regime, que concentrou em si todo o poder, usou-o para projetos grandiosos, cuja oportunidade não cabe aqui analisar, mas deixou o povo em condições piores que as anteriores a 64. O novo regime não retira sua força do poder militar, mas de uma força maior: o grande consenso nacional. A Nova República não poderá assumir o risco de ser acusada um dia por não ter sabido mobilizar a força da nação para a promoção do seu próprio povo.

São principalmente as mudanças neste cenário que vão responder à inquietação latente no povo: na Nova República, os elementos de continuidade prevalecerão sobre elementos de mudança? A continuidade evoluirá para o continuísmo?

O continuismo se haveria de configurar como simples câmbio de lideranças compostas por elites só retoricamente comprometidas com a promoção do povo, que, em última análise, foi quem garantiu a vitória da eleição de 15 de janeiro.

Não será fácil contudo atravessar a distância entre a retórica e a realidade. O caminho está erigido de percalços e obstáculos. Só a sua superação tenaz, honesta e participativa será a sagração da Nova República. Nela o povo deposita imensas esperanças, esperanças que ainda lhe dão forças para carregar um fardo quase insuportável. Mas as grandes esperanças populares se transformam depressa em grandes frustrações. O povo já percebeu que houve mudança na retórica oficial, tanto assim que lhe confere uma credibilidade cuja erosão acabou por desgastar o antigo regime. A Nova República tem ainda o voto de confiança de toda a nação. Motivo maior para não frustrá-la.

3. AS ALTERNATIVAS

As principais alternativas, que se delineiam como resultantes de uma ausência prolongada ou definitiva do protagonista da proposta, parecem-me reduzir-se às seguintes:

— *A primeira é a permanência do Presidente em exercício, garantindo a estabilidade das instituições para a convocação da Assembléia Constituinte e para a promulgação pelo Congresso Nacional da nova Constituição que fixará o prazo do mandato presidencial. Por outras palavras, caberia ao Presidente em exercício desempenhar a missão com que se comprometera o Presidente eleito.*

— *A segunda alternativa é a precipitação do processo eleitoral, com a convocação das diretas já para a eleição do novo Presidente da República, ao qual caberia desempenhar-se da missão acima mencionada.*

3.1. A primeira alternativa

No atual horizonte político, a primeira alternativa parece a mais plausível e a mais sensata, pelas seguintes razões:

1º) *Juristas eminentes sustentam a tese da constitucionalidade desta alternativa, mesmo sem contar com a unanimidade de todos os seus colegas. A tese de que esta alternativa atende mais a conve-*

niências políticas do que a imperativos jurídicos tem, por enquanto, muito menor aceitação nas próprias lideranças políticas, cujos interesses são melhor atendidos por esta primeira alternativa.

- 20) *A permanência do Presidente em exercício tem maior base de sustentação política no Congresso Nacional, aglutinando a Aliança Democrática, dissidências do próprio PDS, e de lideranças de partidos menores.*
- 30) *O Presidente em exercício ingressou no PMDB, o partido de Tancredo Neves, e foi cooptado por ele para consolidar a aliança que o levaria à vitória. José Sarney ainda é o símbolo de Tancredo Neves, a presença do ausente. Precipitar o seu afastamento poderia redundar para a opinião pública e para o povo num repúdio à opção do próprio Tancredo, cujo carisma político ainda preside a difícil tarefa de realizar sua proposta.*
- 40) *Eleições presidenciais exigem uma série de medidas prévias, entre as quais: reforma eleitoral e partidária, cadastramento eleitoral. É difícil supor que haja tempo útil para a realização destas medidas e as reaglutinações de forças partidárias que elas deverão de determinar.*
- 50) *Toda campanha eleitoral tumultua a vida da nação e reduz muito o ritmo das atividades administrativas, inclusive pela necessidade de descompatibilização de muitos administradores, de todos os escalões, interessados em disputar as eleições. O tumulto eleitoral coincidiria assim com a fase mais aguda da recuperação nacional, ameaçando-a perigosamente de insucesso e agravando portanto mais ainda a situação nacional. A maioria das lideranças políticas estão sensíveis para esse perigo e dispostas a evitá-lo.*
- 60) *No caso da precipitação do processo eleitoral, não é possível hoje fazer nenhuma previsão sobre quem sairia vitorioso do pleito. Entretanto, não se pode excluir a hipótese de que vença um candidato que não se sinta ligado a nenhum compromisso com a proposta de Tancredo Neves. O único recurso para evitar esta surpresa é a consolidação da primeira alternativa.*
- 70) *Na medida em que a convocação das diretas já implique também na redução do prazo para a eleição da Constituinte, os interesses*

das lideranças populares seriam ameaçados. Elas teriam pouco tempo para se articularem no sentido de influir na escolha de uma assembléia constituinte realmente representativa. Elas sabem que a ação do lobby do poder econômico tem condições de atuar com mais rapidez. É significativo o manifesto do PT, assinado por Luiz Inácio da Silva e noticiado no dia 12 de abril, considerando como única solução realista a continuidade do Presidente em exercício.

3.2. A segunda alternativa

Ela não é inverosímil. Funda-se em razões que exigem ponderação.

- 1) *Existe um consenso de juristas e políticos quanto à necessidade do novo pacto institucional consagrado na nova Constituição. Afinal, como já foi lembrado, o Brasil não tem de fato uma Constituição, mas uma Emenda Constitucional outorgada.*

Existe, contudo, por outro lado, um dissenso jurídico, que alimenta secretas ambições políticas, quanto a uma reforma constitucional, relativa aos artigos 76 e 77 que tratam da posse do Presidente da República e de sua eventual substituição. Os juristas dissidentes insistem na tese que não tem fundamento constitucional a substituição de um Presidente que ainda não tomou posse, sendo que só esta posse configuraria o ato jurídico pleno de legitimidade do mandato presidencial.

Qualquer que seja o modo pelo qual será dirimida esta discussão jurídica sobre estes artigos, a questão de sua aplicação será decidida no plano político, ou seja, concretamente no Congresso Nacional. Ora, ali, nenhum dos blocos em confronto, os partidos que estão com o Governo e os da oposição, dispõe da possibilidade de conseguir os 2/3 de votos necessários a qualquer decisão em matéria constitucional, e sem reforma constitucional prevaleceria o dispositivo atual que fixa eleições diretas só no fim de um mandato presidencial de 6 anos. Tanto a Aliança Democrática, quanto o PDS mesmo desfalcado pelos que migraram para a Frente Liberal, têm condições de impedir o quorum de 2/3.

É verdade que na Comissão Interpartidária, da qual participa também o PDS, encarregada das reformas constitucionais e que já preparou vários projetos (voto do analfabeto, liberdade partidária e outros), nesta Comissão, digo, predomina a tendência no sentido da convocação da Constituinte para 86 e do mandato de 4 anos para o Presidente eleito por eleições diretas. Aliás este é um compromisso explicita-

mente assumido por Tancredo Neves e constante do Manifesto da Aliança Democrática.

Nada pode impedir o encaminhamento de uma reforma constitucional feito através da emenda Carone (PMDB-MG), que prevê eleições diretas para 88, resguardando assim um mandato de 4 anos para o atual Presidente. Contudo, também nada pode impedir que o PDS, por exemplo, ou o PDT, inclua na discussão uma subemenda antecipando as eleições diretas para 86. Nesta hipótese, que configuraria a concretização da segunda alternativa, é imprevisível o desfecho do debate no Congresso muito exposto às reações da opinião pública. Este desfecho se desloca assim para a indagação das reações populares avivadas pela supressão da Lei Falcão, reações às quais não pode ser insensível uma democracia que se quer participativa.

2) Ninguém pode hoje prever a reação emocional da nação ante o fato cruel da ausência definitiva de Tancredo Neves. Num primeiro momento, é sumamente improvável uma nova erupção popular por diretas já. O povo estará profundamente traumatizado para se deixar mobilizar pela agitação de comícios como os ocorridos em 84. O luto das nações porém, como as emoções populares não são duradouras. A vida deve continuar. Assim, mais cedo talvez do que se possa hoje imaginar, surgirá a questão de saber até que ponto a opinião pública transfere para o Presidente em exercício o prestígio de Tancredo Neves e até que ponto reconhece em José Sarney a competência indispensável para realizar a proposta de mudança que resume a esperança da nação.

O comportamento digno do Presidente em exercício, a agilização que começou a dar ao funcionamento da máquina administrativa e à execução das medidas emergenciais, grangearam-lhe a solidariedade não só da Aliança Democrática mas também da maioria dos Governadores.

O que é difícil agora medir é a profundidade da decepção popular pela eventual perda definitiva de Tancredo Neves. Acontece que não faltam lideranças políticas dispostas a capitalizar esta decepção, bem como quaisquer perturbações desestabilizadoras. Aumentaria pois a probabilidade da 2ª alternativa. Entre essas possíveis perturbações, registram-se as seguintes: Primeira. As aparentes fissuras na equipe governamental a propósito de uma política social que não dificulte ainda mais o saneamento econômico-financeiro. Terá José Sarney condições de soldar essas fissuras impedindo que elas evoluam para um desmantelamento? Segunda. As turbulências relacionadas com as elei-

ções de prefeitos previstas para 15 de novembro deste ano. Note-se, que se seu eventual adiamento exarcerbará insatisfações, sua realização envolverá mais de 1/3 de todo o eleitorado nacional. Terceira. Eventuais desencontros do Presidente em exercício com os "republicanos históricos" da Nova República, os da primeira hora, entre os quais avulta a figura do condestável, Ulysses Guimarães, designação honorífica merecida inclusive pelas provas de desambição dadas em momentos decisivos; mas há uma distância entre a condição honorífica e a função constitucional, distância que não poderia ser ultrapassada sem riscos de colisão desestabilizadora, a qual porém vem sendo evitada com dignidade de parte a parte. Quarta. As impaciências e frustrações latentes que haverão de se tornar ostensivas na medida em que aumentem os prazos de resultados significativos na luta contra as gigantescas dificuldades com que o governo já se defronta. São estes outros tantos componentes políticos que pesam a favor da 2ª alternativa.

A alternativa de conferir poderes constituintes ao atual Congresso não tem base jurídica nem sustentação política. Pode ser descartada como uma alternativa inviável.

Não surge também qualquer alternativa do setor militar. Mesmo na hipótese de uma crise institucional séria, parece hoje remota a possibilidade de um novo envolvimento militar numa operação salvacionista. As forças armadas levaram 21 anos para aprender a lição que, para a corporação, sair de sua função constitucional não compensa, mesmo se para grande número de militares isolados a passagem pelos diversos escalões da administração pública tenha compensado com amplos dividendos. Os atuais líderes militares, com discrição e firmeza, têm deixado claro que não estão dispostos a desaprender a lição. Eles sabem que nova tentativa de golpe despertaria um repúdio nacional capaz de desembocar numa guerra civil que os próprios militares também repudiam.

4. O DISCERNIMENTO

É neste quadro complexo e cheio de incertezas, que a Igreja deverá fazer seu discernimento para a orientação de sua ação pastoral.

Este discernimento sobre as novas responsabilidades que incumbem à Igreja neste momento grave de nossa história é tarefa que explicitamente assumiram nossos Pastores, no estudo do tema central desta Assembléia.

As reflexões que seguem são formuladas no intuito exclusivo de oferecer um modesto subsídio a este discernimento que todos esperamos de nossos Pastores.

1ª) Foi Pio XII, prolongando uma doutrina aberta por Leão XIII, o pontífice que, pela primeira vez, na mensagem de Natal de 1944, se reportou explicitamente à forma democrática, como sendo aquela que "parece ser para muitos um postulado natural imposto pela própria razão". Definindo a seguir os contornos de uma autêntica democracia, dá a entender que ele não se excluía daqueles que consideram a democracia como a forma de governo imposta pela própria razão.

Deste modo, a Igreja do Brasil, cujos filhos são parte integrante e majoritária da nação, não pode deixar de se congratular pela evolução que, sem traumas nem violência, encerrou um ciclo autoritário e inaugurou o processo de redemocratização.

2ª) A nova situação, entretanto, cria para a Igreja novos desafios. Durante o antigo regime, obrigada por sua missão pastoral a ser voz dos que não tinham voz, ela teve que assumir posições que marcaram um distanciamento e um desencontro com o Poder auto-instituído. Este desencontro criou atritos, causou sofrimentos, mas hoje é possível avaliar o saldo final como positivo. A Igreja ganhou em termos de liberdade pastoral e nunca foi tão livre do poder político e do poder econômico para o desempenho de sua missão que inclui a explicitação das exigências éticas e sociais do evangelho.

Com a mudança do regime, mudaram os termos da relação. A Igreja nunca se negou a colaborar, mesmo sem ser solicitada, mas hoje essa colaboração não pode pôr em risco a liberdade pastoral conquistada. O risco poderia provir da aceitação de uma cooptação tácita, ditada pelas melhores intenções, para atuar como uma espécie de monitoria informal. Estranhamente, o slogan laicista de Cavour, Igreja livre num Estado livre, adquire hoje um novo sentido no contexto do pluralismo cultural contemporâneo.

3ª) A Igreja não poderá nunca renunciar a sua liberdade de participar, dentro de sua missão específica, para a construção de uma sociedade justa e fraterna, bem como para a preservação de valores inegociáveis, mesmo quando sua participação exigir que ela levante a voz em defesa de direitos desatendidos ou de valores postergados. De certo modo, o desempenho desta sua missão

pode tornar-se hoje paradoxalmente mais constrangedor do que antes, na medida em que ela se deixar envolver no processo de cooptação acima referido.

- 4ª) Na linha de sua participação para o bem comum, a Igreja deverá dedicar especial atenção à questão da Constituinte, especificamente com respeito a três aspectos que deverão ser examinados pela comissão nomeada nesta Assembléia.*

O primeiro se prende à preparação da Constituinte, para que seja realmente representativa de modo a assegurar, na nova Constituição, a garantia dos ideais de mudança que mobilizaram a nação.

O segundo se reporta à definição dos valores que deverão ser preservados na Constituição, como base ética das instituições, especialmente os valores relativos aos direitos humanos, à vida, à família, à educação e ao trabalho.

O terceiro se volta para a própria eleição dos constituintes, porque afinal será deles que dependerão a formulação do texto constitucional e sua aprovação.

Para estes três aspectos, a Igreja precisa reavaliar as experiências de sua atuação nas constituintes passadas. Na constituinte de 1891, os leigos católicos colocaram-se na linha de frente, graças à separação entre a Igreja e o Estado decretada pela Primeira República. Na constituinte de 1934, ela fez a experiência da Liga Eleitoral Católica (LEC), na constituinte de 1946, não houve nenhuma atuação coordenada em nível nacional. A Igreja, para a nova constituinte tem que encontrar o caminho da participação ampla e clara; o caminho entre a ingenuidade e a solécia, entre a LEC e o lobby, entre as ligas eleitorais católicas e a barganha de compromissos nos conchavos dos bastidores.

- 5ª) Apesar do inegável amadurecimento do povo nestes anos de sofrimentos e de arbítrio, não é possível haver ilusões quanto à urgência de um aprendizado indispensável a uma autêntica convivência democrática. Haverá avanços e recuos, haverá acertos e erros, com tensões e conflitos, que tornam urgente a convocação do laicato, para acelerar a educação política e contribuir para aquele aprendizado.*

A missão do leigo na Igreja hoje recebe assim uma significação insubstituível, aliás já claramente definida na Apostolicam Actuositatem.

Na medida em que a sociedade civil se reorganiza e recompõe os órgãos democráticos de defesa dos direitos de todos como cidadãos, na medida em que se multiplicam comissões de estudos para examinar questões graves, na medida em que a nação se aproxima dos sérios desafios das eleições e da nova Constituinte, a mobilização do laicato, o incentivo à sua participação e criatividade, assumem o caráter de uma prioridade que deverá polarizar a ação pastoral da Igreja, inclusive tendo em vista a preparação do Sínodo.

Nesta mobilização do laicato, há dois setores que, peia sua capacidade de idealismo e de dedicação, devem merecer particular atenção: o jovem e a mulher.

Não se pode esquecer que mais de 50% da população católica brasileira tem menos de 20 anos, como também não se pode esquecer que, entre a população adulta católica praticante, uma porcentagem muito maior é composta por mulheres. Uma Igreja, uma Diocese, que estivesse perdendo os jovens precisaria ser internada urgentemente numa UPI (Unidade de Pastoral Intensiva). Por outro lado, se é verdade que o laicato, em geral, não assumiu ainda adequadamente sua missão de corresponsabilidade ante os desafios do povo de Deus, é também verdade que, dentro deste laicato e não por vontade dele, pode-se observar uma inexplicável desproporção entre a imensa dedicação anônima das mulheres e a escassés de sua participação em posições decisivas para a presença da Igreja no momento nacional. Se a eucaristia, o centro vital da Igreja, é a transubstanciação da substância do mundo no corpo e sangue de Cristo, convém lembrar que foi uma mulher, a bendita entre todas as mulheres, quem realizou, pela ação do Espírito Santo, a eucaristia primordial da Encarnação.

6ª) A insistência recente entre nós na necessidade de mobilização do laicato poderia ser mal-entendida, na medida em que a dualidade hierarquia e laicato prevalecesse sobre a unidade orgânica do Corpo Místico do Cristo total. Existe a divisão das funções, a Igreja docente e a Igreja discente, as funções dos pastores e as funções do rebanho. Mas umas não subsistem sem as outras. Todas são fruto da mesma ação divina, pela qual o Espírito Santo vai formando o Cristo total no seio da Igreja, como formou o Cristo histórico nas entranhas virginais de Maria. Pastores sem rebanho se reduziriam a decorações arcaicas; rebanho sem pastores se dispersaria aos gritos dos camelôs de todas as esquinas doutrinárias.

Esta reciprocidade funcional, que responde pela vitalidade do Corpo Místico de Cristo, hoje mais do que nunca exige que a convocação do

laicato de modo algum possa parecer um recuo, uma renúncia da autêntica missão profética da Igreja total; exige mais do que nunca que o ensinamento, a proclamação da verdade se faça não só na ortofonia doutrinária mas também e principalmente no testemunho, igual no martírio da vida; exige para tanto, mais do que nunca, uma profunda solidariedade e confiança mútuas entre Pastores e rebanho que constituem juntos o Povo de Deus que é a Igreja, "para que não falte ao pastor a obediência do rebanho, nem falte ao rebanho o zelo do pastor" (Liturgia da missa: pelo Sacerdote).

7ª) O momento histórico que vive o Brasil, com o drama que se abateu sobre o Presidente da República, revela mais uma vez uma realidade cuja profundidade não tínhamos talvez avaliado devidamente, nem mesmo por ocasião da visita do Santo Padre a nossa terra. Refiro-me à profunda religiosidade de nosso povo. Esta religiosidade irrompeu festiva por ocasião da visita. Hoje, por ocasião do sofrimento nacional, ela revelou-se em profundidade. Descobrimos que o povo brasileiro sabe rezar, deposita em Deus sua última esperança. Esta profunda base religiosa do povo não foi ainda corroída pelas devastações do consumismo e revela ainda uma emocionante inocência em relação a querelas doutrinárias que se desenvolveu nas altas esferas da erudição letrada. Esta fé que reza e que sofre é ainda a grande esperança, a grande força da Igreja no Brasil.

CONCLUSÃO

O mundo todo, e o Brasil com ele, é sacudido por intenso anseio de liberdade.

No contexto cultural moderno, este anseio pode ser bloqueado ou distorcido por duas formas de servidão, que é o oposto, a negação da liberdade: o permissivismo e a injustiça social.

O permissivismo está devastando inclusive os arraiais da cristandade, numa assustadora demolição de valores éticos e padrões de comportamento, sem excluir a juventude e, de modo especial, a juventude das classes possidentes. Esta devastação é responsável pela crise de agnosticismo, de indiferentismo e irreligião que tanto preocupa o Santo Padre. É excusado repetir que este perigo, ameaçando a cristandade, nada tem a ver com o marxismo. O permissivismo é uma forma solerte de escravidão. Lisongeando as paixões egoístas, os instintos e os sentidos, acaba por escravizar suas vítimas, destruindo nelas a digni-

dade de homens, filhos de Deus. Sob a falácia de fazer viver intensamente, na realidade o permissivismo é mortal. Sua extensão atinge hoje dimensões que não podem deixar de ser objeto de uma preocupação pastoral prioritária. E o próprio futuro da cristandade que está em jogo, no desafio da inculturação, da encarnação dos valores evangélicos na cultura de hoje.

A injustiça social é outra forma de servidão que oprime o segmento oposto da pirâmide social. Enquanto o permissivismo destrói o vértice, a injustiça pesa esmagadoramente sobre as bases. Liberdade soa muitas vezes como ironia para os milhões de irmãos forçados a lutar pela sobrevivência com um trabalho duro, incerto, desumanizante e mal-pago. A injustiça social é a forma mais perversa de violência à liberdade, porque é silenciosa implacável e permanente.

São raros os exemplos históricos de conversão de uma classe social inteira movida apenas pelos apelos da pregação. Só a organização das bases tem conseguido reduzir a injustiça, atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e resgatar a liberdade. A conversão interior é indispensável, mas não é suficiente nem autêntica se ela não se compromete com a justiça e a caridade. A organização nunca se fez sem conflitos, mas foram os conflitos localizados, parciais e temporários que frustraram a expectativa do grande conflito anunciado por Marx. A Igreja é solidária com a organização das bases e muitos de seus filhos já morreram no Brasil por esta causa. Contudo, esta organização será frustrada tanto pela ilusão de pretender estender as dimensões de qualquer conflito para transformá-lo numa luta de classes no sentido marxista, quanto pela preocupação obsessiva de denunciar em qualquer conflito esta mesma luta de classes.

A missão da Igreja é salvífica e evangelizadora. A mensagem evangélica é uma mensagem de libertação, de libertação integral do pecado e de suas seqüelas pessoais e sociais. A Igreja está comprometida com esta missão pascal que é a sua própria razão de ser. Ela aprendeu porém de seu divino Mestre a mais luminosa lição de sua vida, morte e ressurreição. E a lição é apenas esta: só quem é livre liberta.